

**AO SR. PREGOEIRO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO  
SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF – SECRETARIA REGIONAL DE  
LICITAÇÕES – 6ª SL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020**

### **CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 10.973.710/0001-51, com sede na Rua Olavo de Oliveira Albuquerque, 51, Q003, São João do Tauape, Fortaleza-Ceará – CEP.: 60.135-470, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. **RENAN CIDRÃO PINTO**, brasileiro, casado, empresário portador da CNH 02856266503, inscrito no CPF nº 010.747.513-88, residente e domiciliado na Rua José Alves Campos, 169, apto. 101, Guararapes – Fortaleza – Ceará, vem, com o devido acatamento, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002, apresentar, tempestivamente, **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa VIBAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, requerendo o recebimento e a análise da presente peça para, ao final, manter incólume a decisão que considerou **HABILITADA a empresa recorrida**, no certame em tela, negando total provimento ao Recurso em comento.

## **1 – PRELIMINARMENTE**

### **1.1. DA TEMPESTIVIDADE**

Antes de se adentrar no mérito do presente recurso, vem-se demonstrar a tempestividade do presente ato.

E isso se faz com supedâneo no art. 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002. Senão vejamos:

Art. 4º. [...]

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Tendo o prazo para apresentação de recurso findado em **09/11/2020 (segunda-feira)**, tem-se que o prazo para apresentação de contrarrazões teve início no dia **10/11/2020 (terça-feira)**, devendo, portanto, ser considerada tempestiva as contrarrazões recursais protocolizadas até o dia **12/11/2020 (quinta-feira)**, nos termos da legislação supracitada.

## **2 – DA SÍNTESE FÁTICA**

A empresa recorrente alega, em síntese, que a empresa recorrida, supostas irregularidades nas Certidões de Acervo Técnico apresentadas pela empresa vencedora do certame, mormente no que se refere às CAT's nº 201005/2019 e 162756/2018, alegações estas totalmente descabidas e desarrazoadas, conforme se demonstrará a seguir.

## **3 – DO MÉRITO**

### **3.1. DA REGULAR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA RCP**

*Data maxima venia*, em que pese toda a explanação feita no Recurso Administrativo, ora impugnado, percebe-se claramente estar destituído de quaisquer fundamentações fáticas e jurídicas capazes de embasar suas razões.

Após a fase de lances no sistema, a Comissão iniciou os trabalhos concernentes à primeira etapa do certame, qual seja, a fase de análise da **PROPOSTA** e dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da empresa arrematante do certame, ou seja, aquela que ofertou o menor preço.**

Analisando a documentação apresentada, a Comissão declarou vencedora do certame, conforme consignado em Ata, a empresa **RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – EPP**, por ter preenchido **INTEGRALMENTE** todos os requisitos exigidos no Ato Convocatório.

No estudo da peça recursal apresentada pela recorrente, inobstante a total ausência de suporte fático e jurídico, nota-se que a mesma se escora, inicialmente, num fraco fundamento de que “na CAT nº 201005/2019, identificamos através do endereço que se trata de serviços da obra de construção do Supermercado Center Box Messejana II. Na CAT em questão, foi informado o início da obra como sendo no dia 01/11/2019 e o término da mesma no dia 31/12/2019. Ao buscarmos informações através da internet, mais precisamente no sitio “google maps”, encontramos a imagem reproduzida na “figura – 1” do anexo I que compõe esse recurso. Trata-se de uma foto datada pelo próprio “google®”, onde é possível constatar que em Outubro de 2019, ou seja, antes da data de início alegada no atestado, os serviços constantes na referida CAT já haviam sido concluídos”.

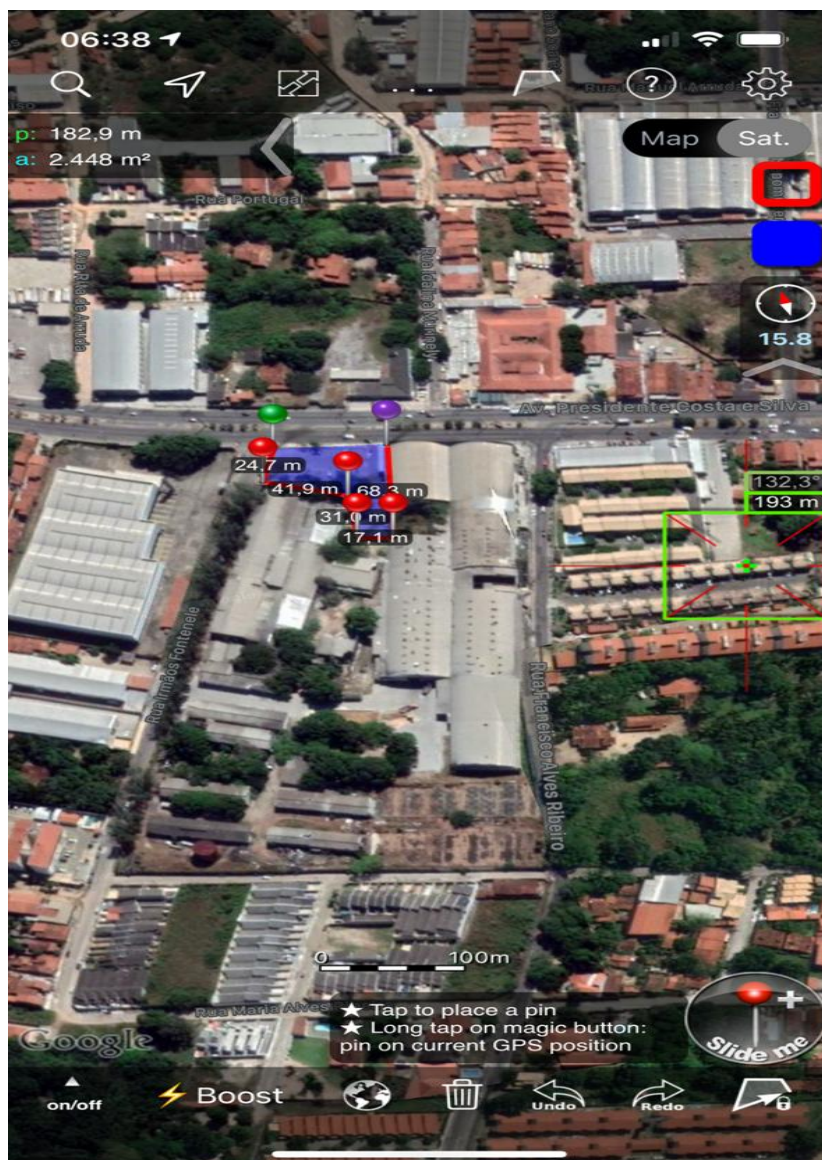
Aduz ainda, que “Para corroborar com nossa tese, anexamos também as “figuras: 2, 3 e 4” do anexo I, que são fotos das postagens realizadas através da rede social “instagram®” dos Supermercados Center Box, informando que a unidade Messejana II foi realmente inaugurada no dia 01/11/2019”.

A recorrente parece usar de má fé ao utilizar argumentos claramente improcedentes em seu recurso. Primeiramente, no seu levantamento, ela deixou

de esclarecer que os serviços de terraplanagem e pavimentação realizados no imóvel a que se refere a CAT em testilha, deu-se no estacionamento e no pátio de manobra de caminhões que se situam nos fundos do imóvel, ou seja, que não têm relação com o espaço interno do supermercado. Insta esclarecer ainda, que a empresa contratante dos serviços foi a imobiliária que alugou o imóvel ao supermercado Center Box, não havendo relação entre a área interna com a área externo do imóvel, razão pela qual mostram-se descabidas as suposições levantadas pela recorrente.

Em relação ao volume medido dos serviços, novamente a empresa tenta induzir em erro o julgamento do douto Pregoeiro, uma vez que afirma ter realizado visita *in loco* ao imóvel, bem como ter feito a medição da área local. Entretanto, a empresa considerou apenas a área situada na frente do imóvel, que corresponde ao estacionamento, desconsiderando os serviços realizados na parte dos fundos do imóvel, onde se situa o pátio de manobras dos veículos, razão pela qual devem ser rechachadas as razões do seu recurso, conforme demonstra-se nas imagens abaixo.





Por fim, apresenta-se em anexo o contrato de prestação de serviços celebrado entre a empresa RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – EPP e a empresa ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, acompanhado do Termo de Recebimento (Atestado), devidamente assinados pela empresa contratante. Para tanto, colaciona-se abaixo os registros fotográficos da execução dos serviços a que se refere a CAT nº 201005/2019, vejamos:











Nesta senda, a recorrente alega ainda que “a CAT nº 162756/2018 não tem a assinatura a assinatura do Contratante, estando apenas assinada pelo responsável técnico autor do Laudo. Também não consta no processo, nenhum documento que o confira poderes para assinar pela empresa SPE-Espírito Santo Investimentos Imobiliários AS, que figura como contratante nesse documento”.

Neste azo, temos a informar que o Laudo Técnico difere-se do Atestado de Capacidade Técnica, sendo o primeiro de responsabilidade do profissional que possui habilitação nas profissões abrangidas pelo CONFEA/CREA e o segundo de competência da empresa Contratante.

Sendo assim, informa-se que os procedimentos para Registro de Atestado são regulamentados pela Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009 – CONFEA, conforme art. 57 e seguintes, e muito embora conste anexo à CAT apenas a cópia do Laudo Técnico assinado pelo profissional habilitado, destaque-se que foram



enviados ao CREA, o contrato de prestação de serviços celebrado entre a empresa RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – EPP e a empresa SPE – ESPÍRITO SANTO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, os quais apresentamos em anexo.

## Seção II

### Do Registro de Atestado

Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

Parágrafo único. **O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.**

Art. 58. As informações acerca da execução da obra ou prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado devem ser declarados por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Parágrafo único. **No caso em que a contratante não possua em seu quadro técnico profissional habilitado, o atestado deverá ser objeto de laudo técnico. (Grifos nossos)**

Desta feita, Nobre Pregoeiro, insta ressaltar que o CREA é uma instituição séria que possui responsabilidade legal sobre seus atos, que são regulamentados por normas próprias, sendo totalmente despropositadas as alegações da recorrente.

Da mesma forma, colaciona-se abaixo os registros fotográficos da execução dos serviços a que se refere a CAT nº 201005/2019, vejamos:





















No caso em apreço, conclui-se **que foi acertada a decisão da Comissão em declarar vencedora a empresa RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – EPP, afastando qualquer prejuízo à competição, uma vez que a empresa atendeu plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sagrando-se vencedora da licitação, em razão da vantajosidade de sua proposta, em atenção ao interesse público.**

Aliás, é o que dispõe o Artigo 3º da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 3º. **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Grifo nosso)

**Neste azo, restou-se cabalmente demonstrada que a recorrida possui vasta capacidade técnica para realização do objeto licitado, uma vez que já executou diversos serviços compatíveis em características e quantidades, conforme previsto em edital.**

Portanto, não devem prosperar as razões recursais da recorrente, devendo ser julgado improcedente.

### **3.2. DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA RECORRIDA**

O procedimento licitatório tem como característica principal, a escolha de empresa para executar um contrato pretendido pela Administração. A recorrida, indiscutivelmente, atendeu às determinações do edital, portanto, habilitada para participar desse certame.

A recorrente afirma que as CAT'S contêm vícios quanto à sua legitimidade, suscitando incidente de falsidade documental e fraude à licitação. Ora, nobre



Pregoeiro, a recorrente faz alegações sem qualquer fundamentação, conforme demonstraremos a seguir.

É descabida que a alegação de fraude trazida pela recorrente, uma vez que ficou cabalmente esclarecido que a recorrente desconhece os procedimentos e a legislação que regulamento os atos praticados pelo CREA, não merecendo prosperar suas infundadas alegações.

Ora, nobre Pregoeiro, considerado que a empresa recorrida atendeu a todos os requisitos objetivos definidos no edital até a presente fase, a empresa recorrente, de maneira desesperada, alegou que os documentos apresentados por sua concorrente são falsos, **o que não pode prosperar, tendo em vista que a recorrente baseia-se em achismos e subjetivismos.**

Neste sentido, deve ser esclarecido que a sistemática do ônus da prova no Processo Civil Brasileiro orienta-se pelo seu interesse e pelos parâmetros do artigo 429, I do CPC:

**Art. 429. Incumbe o ônus da prova quando:**

**I - se tratar de falsidade de documento ou de preenchimento abusivo, à parte que a arguir;**

**Desta forma, acredita-se que a documentação em anexo sejam suficientes para embasar o julgamento a ser feito por V. S<sup>a</sup>.**

Portanto, considerando que a recorrente **não apresentou prova de suas alegações**, deve ser julgado totalmente improcedente o seu recurso.

### **3.3. DOS ITENS VI E VII DA PEÇA RECURSAL**

Nobre Pregoeiro, o presente recurso além de improcedente traz em seu escopo matéria extemporânea, uma vez que a mesma apresenta em suas razões, eventuais vícios cometidos pelas empresas classificadas em 2º e 3º lugar na licitação, matéria que deve ser julgada prejudicada, haja vista que somente seria

objeto de recurso tais alegações, após a declaração de vencedor das respectivas empresas, se fosse o caso.

#### **4 – DOS PEDIDOS**

Diante de tudo o que foi exposto, requer a contrarrazoante se digne este Nobre Pregoeiro a **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **VIBAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, mantendo em todos os seus termos a decisão que **HABILITOU** a empresa **RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – EPP**.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Fortaleza-CE, 12 de novembro de 2020.



**RENAN CIDRÃO PINTO**

**Sócio-Administrador**

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Por este instrumento, de um lado a Empresa RCP CONSTRUÇÕES LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob No 10.973.710/0001-51, sediada a Av. Santos Dumont, 3131ª, Aldeota, Fortaleza-Ce, doravante denominada **CONTRATADA**, e de outro lado, **SPE-ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS SA**, inscrita no CNPJ sob No 13.466.466/0001-29, sediada à Av SANTOS DUMONT LOJA 3, ALDEOTA, FORTALEZA - Ce Cep: 61.700-970, doravante denominado **CONTRATANTE**, resolvem firmar o presente CONTRATO com as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços nas áreas abaixo relacionadas:

1. TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO, MEIO FIO, OUTROS.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES RESPONSABILIDADES**

#### **I - DO CONTRATADO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a prestar nas dependências da CONTRATANTE os serviços objetos deste contrato, utilizando-se, para isso, do quadro de pessoal e do número de horas de trabalho definidos na Cláusula Primeira.

2.2 – Os funcionários da CONTRATADA deverão assumir seus postos de trabalho devidamente uniformizados, conforme previamente definido, com boa aparência pessoal e estar sempre de posse de sua carteira de identificação pessoal, qualificando-os a transitar nas dependências onde serão executados os serviços.

2.3 – A CONTRATADA obriga-se a substituir seu funcionário ou preposto cuja conduta ou presença seja considerada pela CONTRATANTE inconveniente ou irregular.

#### **II - DA CONTRATANTE**

2.4 - Efetuar o pagamento correspondente aos serviços objeto deste contrato.

2.5 – Adquirir os materiais necessários a perfeita execução dos serviços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1 - Pelos serviços ora contratados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores abaixo discriminados perfazendo um valor total estimado de **R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS)**.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS**

4.1 - O prazo total para vigência do presente Contrato é de 01/06/2017 a 05/09/2017.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

5.1 – Os preços ora contratados não serão reajustados.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO E PAGAMENTO**



6.1 - A CONTRATADA entregará nota fiscal dos serviços ora executados até o dia 25 do mês referente ao dos serviços executados e a **CONTRATANTE** efetuará o pagamento até o dia 5 do mês seguinte.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

7.2 - E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual forma e teor para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo - assinadas.

Fortaleza - Ce, 01 de Junho de 2017.

  
CONTRATANTE

  
CONTRATADA

Testemunhas:







Fortaleza, 06 de OUTUBRO de 2017

### **ATESTADO**

Atestamos para os devidos fins que a empresa RCP CONSTRUÇÕES LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob No 10.973.710/0001-51, sediada a Av. Santos Dumont, 3131ª, Aldeota, Fortaleza-Ce, executou os serviços de impermeabilização, regularização, entre outros descritos abaixo para empresa SPE-ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS AS, em Fortaleza (CE), sob a responsabilidade técnica do Engenheiro PEDRO PAULO MAIA PINTO, RNP 060850035-6 Crea-CE, devidamente Registrado no CREA-CE conforme abaixo:

#### **ÁREA CONSTRUÍDA – 100.000,00 M2**

1. PERÍODO: 01/06/2017 A 05/09/2017.
2. ART: CE20170235537

#### **3.0 SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

- PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO PRÉ-MOLDADO, COM 35 MPA – 100.000 M2;
- FABRICAÇÃO E ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PRÉ MOLDADO – 30.000 ML
- TERRAPLENAGEM – 100.000 M2
- NIVELAMENTO, UNIFORMIZAÇÃO DE ÁREA PARA ASSENTAMENTO DO PISO INTERTRAVADO
- COMPACTAÇÃO DE SOLO COM MAQUINAS, ROLOS VIBRATÓRIO
- INSTALAÇÃO DE GUIAS EM CONCRETO PARA CONFINAMENTO DO PISO INTERTRAVADO 30.000 M2
- ABRIGO PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO PARA PARADA DE ONIBUS
- FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE BRITA, COM PÁ CARREGADEIRA, PARA TRÁFEGO PESADO 100.000 M2
- FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PÓ DE PEDRA PARA ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 100.000 M2
- REJUNTAMENTO COM AREIA E PÓ DE PEDRA (PENEIRADO), COM COMPACTAÇÃO FINAL PARA PISO INTERTRAVADO 100.000 M2
- ATERRO COM COMPACTAÇÃO MECANICA E CONTROLE , MATERIAL DE AQUISIÇÃO 50.000 M3
- ATERRO COM COMPACTAÇÃO MANUAL, SEM CONTROLE, MATERIAL DE AQUISIÇÃO 30.000 M3

- ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLO CERAMICO FURADO, COM ARGAMASSA CIMENTO E AREIA 1:4 - 2.000 M3
- ESCAVAÇÃO MANUAL EM CAMPO ABERTO DE TERRA ATE 3M - 4.000 M3
- RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO 100.000 M2

Declaramos que todos os serviços foram sendo executados a contento e de acordo com as normas contratuais.

  
**SPE-ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS AS**  
Bruno Barbosa Borges

  
**ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEL**  
Kildary Goncalves de Pinho



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

**CREA-CE**

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

**162756/2018**

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - Crea-CE, o Acervo Técnico do profissional **PEDRO PAULO MAIA PINTO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **PEDRO PAULO MAIA PINTO**  
Registro: **45723D CE** RNP: **0608500356**  
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **CE20170235537** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **29/08/2017** Baixada em: **04/09/2017**  
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**  
Empresa contratada: **RCP SERVIÇOS EM ENGENHARIA EIRELI -EPP**

Contratante: **SPE-Espírito Santo Investimentos Imobiliários SA** CPF/CNPJ: **13.466.466/0001-29**  
Endereço do contratante: **AVENIDA SANTOS DUMONT** Nº: **loja 3**  
Complemento: Bairro: **ALDEOTA**  
Cidade: **FORTALEZA** UF: **CE** CEP: **60150161**  
Contrato: **01062017** Celebrado em: **01/06/2017**  
Valor do contrato: **R\$ 1.200.000,00** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**  
Ação institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**  
Endereço da obra/serviço: **RODOVIA Rodovia CE 040 km 36** Nº: **sn**  
Complemento: Bairro: **CENTRO**  
Cidade: **AQUIRAZ** UF: **CE** CEP: **61700970**  
Data de início: **01/06/2017** Conclusão efetiva: **05/09/2017**  
Finalidade: **Infraestrutura**  
Proprietário: **SPE-Espírito Santo Investimentos Imobiliários SA** CPF/CNPJ: **13.466.466/0001-29**

Atividade Técnica: **5 - CONDUCAO RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1475 - EM CONCRETO 15 - EXECUÇÃO 100000.00 METRO QUADRADO; 5 - CONDUCAO RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> SANEAMENTO -> #1623 - MEIO FIO 15 - EXECUÇÃO 30000.00 METRO; 5 - CONDUCAO RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #4110 - PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO 15 - EXECUÇÃO 100000.00 METRO QUADRADO;**

#### Observações

Pavimentação em Piso Intertravado Pré-Moldado com 35mpa e Meio Fio Pré-Moldado

#### Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 162756/2018**  
**12/06/2018, 18:03**  
**3246Z**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 3246Z





## LAUDO TÉCNICO

Atesto para os devidos fins que a empresa RCP SERVIÇOS EM ENGENHARIA EIRELI -EPP, empresa inscrita no CNPJ 10.973.710/0001-51, sediada na Rua Olavo de Oliveira Albuquerque, 51, São João do Tauape, Fortaleza-CE, através de seu Responsável Técnico Engenheiro Civil PEDRO PAULO MAIA PINTO, RNP 060850035-6, executou **SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM UM LOTEAMENTO LOCALIZADO NA RODOVIA CE 040, KM 36, AQUIRAZ-CE**, para a SPE - ESPÍRITO SANTO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A,, CNPJ 13.092.682/0001-51, no período de 01/06/2017 a 05/09/2017, conforme ART CE20170235537, obedecendo fielmente as especificações, bem como às normas da ABNT e a legislação vigente, conforme descrição da planilha abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT
1.000	PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO PRÉ-MOLDADO, COM 35 MPA	M²	100.000
2.000	FABRICAÇÃO E ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PRÉ MOLDADO	ML	30.000
3.000	TERRAPLANAGEM	m²	100.000
4.000	NIVELAMENTO, UNIFORMIZAÇÃO DE ÁREA PARA ASSENTAMENTO DO PISO INTERTRAVADO	M²	100.000
5.000	COMPACTAÇÃO DO SOLO COM MÁQUINAS, ROLOS VIBRATÓRIOS, ETC	M²	100.000
6.000	INSTALAÇÃO DE VIAS EM CONCRETO PARA CONFINAMENTO DO PISO INTERTRAVADO	M²	30.000
7.000	ABRIGO PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO PARA PARADA DE ÔNIBUS	UNID	20
8.000	PORTAL DA ENTRADA DO LOTEAMENTO	UNID	01
9.000	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE BRITA, COM PÁ CARREGADEIRA, PARA TRÁFEGO PESADO	M²	100.000
10.000	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PÓ DE PEDRA PARA ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO	M²	100.000
11.000	REJUNTAMENTO COM AREIA E PÓ DE PEDRA (PENEIRADO) COM COMPACTAÇÃO FINAL PARA PISO INTERTRAVADO	M²	100.000
12.000	ATERRO COM COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MATERIAL DE AQUISIÇÃO	M²	50.000
13.000	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO, COM ARGAMASSA, CIMENTO E AREIA 1 : 4	M³	2.000
14.000	ESCAVAÇÃO MANUAL EM CAMPO ABERTO DE TERRA ATÉ 3 METROS	M³	4.000
15.000	RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO	M²	100.000

Fortaleza-CE, 08 de Junho de 2018.

*Carlos Henrique Coelho Farias*

CARLOS HENRIQUE COELHO FARIAS  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/CE RNP 0610233750  
CPF 943.903.203-00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará, vinculado à Certidão nº 162756/2018, emitida em 12/06/2018



Certidão nº 162756/2018

17/02/2020, 12:45

Chave de Impressão: 3246Z

O documento neste ato registrado foi emitido em 12/06/2018 e contém 1 folhas





## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 14.628.777/0001-00, com sede Avenida Jornalista Tomaz Coelho, Nº 1661, Jangurussu, Fortaleza – CE., denominado simplesmente CONTRATANTE, a RCP SERVIÇOS EM ENGENHARIA EIRELI - EPP, firma estabelecida na Rua Olavo de Oliveira Albuquerque, 51, São João do Tauape, Fortaleza-CE, 60135470, inscrita no CNPJ sob o no 10.973.710/0001-51, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes;

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA JORNALISTA TOMAS COELHO, 1661, JANGURUSSU, FORTALEZA-CE..

CLÁUSULA SEGUNDA: Do valor do contrato e forma de pagamento.

O valor do contrato será de R\$ 340.474,66 (trezentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos). O contratado receberá o equivalente ao que for produzido, emitido por um laudo de medição emitido por um engenheiro civil.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Prazo.

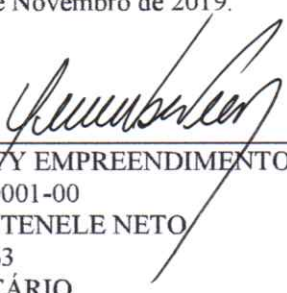
O Prazo de validade deste contrato é de 02 (dois) meses, contados de 01/11/2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja atraso por motivos de causas naturais.

CLÁUSULA QUARTA: Do foro.


Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza-CE para dirimir as questões decorrentes desse contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza-CE, 01 de Novembro de 2019.



\_\_\_\_\_  
ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS  
CNPJ 14.628.777/0001-00  
HUMBERTO FONTENELE NETO  
CPF 661.328.603-63  
SÓCIO PROPRIETÁRIO




\_\_\_\_\_  
RCP SERVIÇOS EM ENGENHARIA EIRELI - EPP  
RENAN CIDRÃO PINTO  
CPF 010.747.513-88  
SÓCIO PROPRIETÁRIO

## **TERMO DE RECEBIMENTO**

Atesto para os devidos fins que a empresa RCP SERVIÇOS EM ENGENHARIA EIRELI - EPP, firma estabelecida na Rua Olavo De Oliveira Albuquerque, 51, , São João do Tauape, Fortaleza-CE, 60135470, inscrita no CNPJ sob o nº 14.838.442/0001-16, através de seu Responsável Técnico Engenheiro Civil PEDRO PAULO MAIA PINTO, RNP 060850035-6, executou **SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA JORNALISTA TOMAS COELHO, 1661, JANGURUSSU, FORTALEZA-CE.**, para ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 14.628.777/0001-00, com sede Avenida Jornalista Tomaz Coelho, Nº 1661, Jangurussu, Fortaleza – CE., no período de 01/11/2019 a 19/12/2019, obedecendo fielmente as especificações, bem como às normas da ABNT e a legislação vigente, conforme planilha abaixo.

Fortaleza, 19 de Dezembro de 2019.



---

ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS  
CNPJ 14.628.777/0001-00  
HUMBERTO FONTENELE NETO  
CPF 661.328.603/63  
SÓCIO PROPRIETÁRIO



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CREA-CE

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

201005/2019

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - Crea-CE, o Acervo Técnico do profissional **PEDRO PAULO MAIA PINTO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **PEDRO PAULO MAIA PINTO**  
Registro: **45723D CE** RNP: **0608500356**  
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **CE20190583578** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 17/12/2019 Baixada em: 19/12/2019  
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL  
Empresa contratada: **RCP SERVIÇOS EM ENGENHARIA EIRELI - EPP**

Contratante: **ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA** CPF/CNPJ: **14.628.777/0001-00**  
Endereço do contratante: AVENIDA JORNALISTA TOMAZ COELHO Nº: 1661  
Complemento: Bairro: JANGURUSSU  
Cidade: FORTALEZA UF: CE CEP: 60865035  
Contrato: Celebrado em: 01/11/2019  
Valor do contrato: R\$ 340.474,66 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA  
Ação institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE  
Endereço da obra/serviço: AVENIDA JORNALISTA TOMAZ COELHO Nº: 1661  
Complemento: Bairro: JANGURUSSU  
Cidade: FORTALEZA UF: CE CEP: 60865035  
Data de início: 01/11/2019 Conclusão efetiva: 31/12/2019  
Finalidade: Misto  
Proprietário: **ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA** CPF/CNPJ: 14.628.777/0001-00

Atividade Técnica: **17 - Execução** TOS CONFEA -> GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA -> OBRAS DE TERRA -> DE OBRAS DE TERRA -> #TOS\_3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM 49 - Execução de obra 1.00 UNIDADE; **17 - Execução** TOS CONFEA -> TRANSPORTES -> INFRAESTRUTURA URBANA -> DE PAVIMENTAÇÃO -> #TOS\_4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS 49 - Execução de obra 1.00 UNIDADE; **17 - Execução** TOS CONFEA -> OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS -> SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS -> DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS -> #TOS\_5.3.1.7 - MEIO-FIO 49 - Execução de obra 1.00 UNIDADE;

#### Observações

SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA JORNALISTA TOMAS COELHO, 1661, JANGURUSSU, FORTALEZA-CE.

#### Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 201005/2019  
20/12/2019, 15:50  
y3CZZ

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: y3CZZ





## LAUDO TÉCNICO

Atesto para os devidos fins que a empresa RCP SERVIÇOS EM ENGENHARIA EIRELI - EPP, firma estabelecida na Rua Olavo De Oliveira Albuquerque, 51, , São João do Tauape, Fortaleza-CE, 60135470, inscrita no CNPJ sob o nº 14.838.442/0001-16, através de seu Responsável Técnico Engenheiro Civil PEDRO PAULO MAIA PINTO, RNP 060850035-6, executou **SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA JORNALISTA TOMAS COELHO, 1661, JANGURUSSU, FORTALEZA-CE.**, para ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.628.777/0001-00, com sede Avenida Jornalista Tomaz Coelho, nº 1661, Jangurussu, Fortaleza – CE., no período de 01/11/2019 a 19/12/2019, obedecendo fielmente as especificações, bem como às normas da ABNT e a legislação vigente, conforme planilha abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>		
<b>1.1</b>	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	VB	1,00
<b>1.2</b>	ALUGUEL E MANUTENÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS	MÊS	3,00
<b>2</b>	<b>AQUISIÇÃO DE INSUMOS</b>		
<b>2.1</b>	PISO INTERTRAVADO H8 NATURAL 35 MPA	M²	4.506,00
<b>2.2</b>	PISO INTERTRAVADO H4 NATURAL 25 MPA	M²	720,00
<b>2.3</b>	PISO PODOTÁTIL	M²	255,00
<b>2.4</b>	PISO INTERTRAVADO H8 VERMELHO 35 MPA	M²	153,00

1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará, vinculado à Certidão nº 201005/2019, emitida em 20/12/2019



Certidão nº 201005/2019

17/02/2020, 12:39

Chave de Impressão: y3CZZ

O documento neste ato registrado foi emitido em 20/12/2019 e contém 3 folhas



2.5	ALAMBRADO EM TUBOS DE ACO GALVANIZADO	M <sup>2</sup>	2.650,00
2.6	MEIO-FIO (1mx08cmx10cmx30cm)	ML	418,00
3	MÃO - DE - OBRA		
3.1	MEIO-FIO	ML	418,00
3.1.1	ARGAMASSA PARA REJUNTAMENTO MEIO FIO	ML	418,00
3.2	PISO INTERTRAVADO	M <sup>2</sup>	5.379,00
3.4	EQUIPE TOPOGRAFIA	VB	1,00
3.5	ENSAIOS GEOTÉCNICOS	VB	1,00
4	DESPESAS COM FUNCIONÁRIOS		
4.1	ALIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	MÊS	3,00
4.2	TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS	MÊS	3,00
4.3	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	VB	1,00
5	TERRAPLENAGEM		
5.1	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL 1ª CATEGORIA COM TRANSPORTE DE MATERIAL EM CAMINHÃO BASCULANTE .	M <sup>3</sup>	335,00
6	PAVIMENTAÇÃO		
6.1	AQUISIÇÃO DE ATERRO (CBR > = 12%) COM COMPACTAÇÃO MECÂNICA ( GC >=98%)	M <sup>3</sup>	1.170,00

2

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará, vinculado à Certidão nº 201005/2019, emitida em 20/12/2019



Certidão nº 201005/2019  
17/02/2020, 12:39

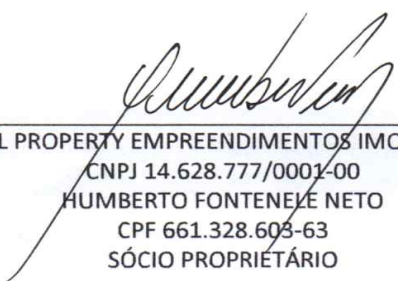
Chave de Impressão: y3CZZ

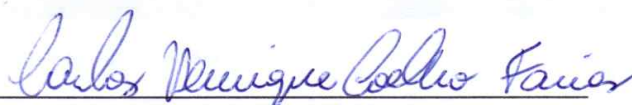
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/12/2019 e contém 3 folhas



6.2	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO (VIAS E CALÇADAS)	M <sup>2</sup>	3.067,00
6.3	AQUISIÇÃO E COMPACTAÇÃO BASE EM BRITA GRADUADA SIMPLES RECICLADA (BGS) - ESP.: 15CM - CBR>60% (VIAS E PATIOS INTERNOS)	M <sup>3</sup>	647,00
6.4	AQUISIÇÃO E COMPACTAÇÃO BASE EM BRITA GRADUADA SIMPLES RECICLADA (BGS) - ESP.: 10CM - CBR>60% (CALÇADAS)	M <sup>3</sup>	120,00
6.5	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE CAMADA DE PÓ DE PEDRA COM COMPACTADOR TIPO SAPO	M <sup>2</sup>	5.379,00

Fortaleza, 19 de Dezembro de 2019.

  
 ROYAL PROPERTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS  
 CNPJ 14.628.777/0001-00  
 HUMBERTO FONTENELE NETO  
 CPF 661.328.603-63  
 SÓCIO PROPRIETÁRIO

  
 CARLOS HENRIQUE COELHO FARIAS  
 ENGENHEIRO CIVIL  
 CREA-CE nº 061023375-0  
 CPF 943.903.203-00

3

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará, vinculado à Certidão nº 201005/2019, emitida em 20/12/2019



Certidão nº 201005/2019  
 17/02/2020, 12:39

Chave de Impressão: y3CZZ

O documento neste ato registrado foi emitido em 20/12/2019 e contém 3 folhas





## **RESOLUÇÃO Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.**

Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências.

**O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – Confea**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando os arts. 8º, 12, 19, 20, 21, 59 e 67 da Lei nº 5.194, de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências;

Considerando os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na execução de obras e na prestação de serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Considerando os arts. 30 e 72 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Considerando o art. 11, § 1º, do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 5.700, de 1º de janeiro de 1971, que dispõe sobre a forma de registro e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem;

Considerando o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Fixar os procedimentos necessários ao registro, baixa, cancelamento e anulação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, ao registro do atestado emitido por pessoa física e jurídica contratante e à emissão da Certidão de Acervo Técnico – CAT, bem como aprovar os modelos de ART e de CAT, o Requerimento de ART e Acervo Técnico e os dados mínimos para registro do atestado que constituem os Anexos I, II, III e IV desta resolução, respectivamente.

## CAPÍTULO I

### DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

#### **Seção I**

##### **Do Registro da ART**

Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente.

§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.

§ 2º Após o recolhimento do valor correspondente, os dados da ART serão automaticamente anotados no Sistema de Informações Confea/Crea – SIC.

§ 3º O SIC mencionado no parágrafo anterior é o banco de dados que consolida as informações de interesse nacional registradas no Sistema Confea/Crea.

Art. 5º O cadastro da ART será efetivado pelo profissional de acordo com o disposto nesta resolução, mediante preenchimento de formulário eletrônico, conforme o Anexo I, e senha pessoal e intransferível fornecida após assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 6º A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante, com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Art. 7º O responsável técnico deverá manter uma via da ART no local da obra ou serviço.

Art. 8º É vedado ao profissional com o registro cancelado, suspenso ou interrompido registrar ART.

Art. 9º Quanto à tipificação, a ART pode ser classificada em:

I – ART de obra ou serviço, relativa à execução de obras ou prestação de serviços inerentes às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

II – ART de obra ou serviço de rotina, denominada ART múltipla, que especifica vários contratos referentes à execução de obras ou à prestação de serviços em determinado período; e

III – ART de cargo ou função, relativa ao vínculo com pessoa jurídica para desempenho de cargo ou função técnica.

Art. 10. Quanto à forma de registro, a ART pode ser classificada em:

I – ART complementar, anotação de responsabilidade técnica do mesmo profissional que, vinculada a uma ART inicial, complementa os dados anotados nos seguintes casos:

a) for realizada alteração contratual que ampliar o objeto, o valor do contrato ou a atividade técnica contratada, ou prorrogar o prazo de execução; ou

b) houver a necessidade de detalhar as atividades técnicas, desde que não impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada.

II – ART de substituição, anotação de responsabilidade técnica do mesmo profissional que, vinculada a uma ART inicial, substitui os dados anotados nos casos em que:

a) houver a necessidade de corrigir dados que impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada; ou

b) houver a necessidade de corrigir erro de preenchimento de ART.

Art. 11. Quanto à participação técnica, a ART de obra ou serviço pode ser classificada da seguinte forma:

I – ART individual, que indica que a atividade, objeto do contrato, é desenvolvida por um único profissional;

II – ART de coautoria, que indica que uma atividade técnica caracterizada como intelectual, objeto de contrato único, é desenvolvida em conjunto por mais de um profissional de mesma competência;

III – ART de corresponsabilidade, que indica que uma atividade técnica caracterizada como executiva, objeto de contrato único, é desenvolvida em conjunto por mais de um profissional de mesma competência; e

IV – ART de equipe, que indica que diversas atividades complementares, objetos de contrato único, são desenvolvidas em conjunto por mais de um profissional com competências diferenciadas.

Art. 12. Para efeito desta resolução, todas as ARTs referentes a determinado empreendimento, registradas pelos profissionais em função de execução de outras atividades técnicas citadas no contrato inicial, aditivo contratual, substituição de responsável técnico ou contratação ou subcontratação de outros serviços, devem ser vinculadas à ART inicialmente registrada, com o objetivo de identificar a rede de responsabilidades técnicas da obra ou serviço.

## **Seção II**

### **Da Baixa da ART**

Art. 13. Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente.

Parágrafo único. A baixa da ART não exime o profissional ou a pessoa jurídica contratada das responsabilidades administrativa, civil ou penal, conforme o caso.

Art. 14. O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função.

Art. 15. Para efeito desta resolução, a ART deve ser baixada em função de algum dos seguintes motivos:

I – conclusão da obra ou serviço, quando do término das atividades técnicas descritas na ART; ou

II – interrupção da obra ou serviço, quando da não conclusão das atividades técnicas descritas na ART, de acordo com os seguintes casos:

a) rescisão contratual;

b) substituição do responsável técnico; ou



c) paralisação da obra e serviço.

Art. 16. A baixa da ART deve ser requerida ao Crea pelo profissional por meio eletrônico e instruída com o motivo, as atividades concluídas e, nos casos de baixa em que seja caracterizada a não conclusão das atividades técnicas, a fase em que a obra ou serviço se encontrar.

Art. 17. A baixa de ART pode ser requerida ao Crea pelo contratante ou pela pessoa jurídica contratada por meio de formulário próprio, conforme o Anexo III, desde que instruída com informações suficientes que comprovem a inércia do profissional em requerê-la.

§ 1º No caso previsto no *caput* deste artigo, o Crea notificará o profissional para manifestar-se sobre o requerimento de baixa no prazo de dez dias corridos.

§ 2º O Crea analisará o requerimento de baixa após a manifestação do profissional ou esgotado o prazo previsto para sua manifestação.

Art. 18. O Crea manifestar-se-á sobre o requerimento de baixa de ART por não conclusão das atividades técnicas após efetuar análise do pedido e eventual verificação das informações apresentadas.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Compete ao Crea, quando necessário, solicitar documentos, efetuar diligências ou adotar outras providências necessárias ao caso para averiguar as informações apresentadas.

§ 3º Em caso de dúvida, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

Art. 19. Deverá ser objeto de baixa automática pelo Crea:

I – a ART que indicar profissional que tenha falecido ou que teve o seu registro cancelado ou suspenso após a anotação da responsabilidade técnica; e

II – a ART que indicar profissional que deixou de constar do quadro técnico da pessoa jurídica contratada.

Parágrafo único. A baixa da ART por falecimento do profissional será processada administrativamente pelo Crea mediante apresentação de cópia de documento hábil ou de informações acerca do óbito.

Art. 20. Após a baixa da ART, o motivo, as atividades técnicas concluídas e a data da solicitação serão automaticamente anotados no SIC.

§ 1º No caso de rescisão contratual ou falecimento do profissional, deverá ser anotada no SIC a data do distrato ou do óbito.

§ 2º No caso em que seja apresentado documento comprobatório, também será anotada no SIC a data da conclusão da obra ou serviço.

### **Seção III**

#### **Do Cancelamento da ART**

Art. 21. O cancelamento da ART ocorrerá quando:

I – nenhuma das atividades técnicas descritas na ART forem executadas; ou

II – o contrato não for executado.

Art. 22. O cancelamento da ART deve ser requerido ao Crea pelo profissional, pela pessoa jurídica contratada ou pelo contratante, e ser instruído com o motivo da solicitação.

Art. 23. A câmara especializada competente decidirá acerca do processo administrativo de cancelamento da ART.

§ 1º Compete ao Crea averiguar as informações apresentadas e adotar as providências necessárias ao caso.

§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.

§ 3º O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante o cancelamento da ART.

Art. 24. Após o cancelamento da ART, o motivo e a data de cancelamento serão automaticamente anotados no SIC.

#### **Seção IV** **Da Nulidade da ART**

Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando:

I – for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART;

II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;

III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;

IV – for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;

V – for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou

VI – for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.

Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART.

§ 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

§ 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.

§ 3º O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART.

Art. 27. Após a anulação da ART, o motivo e a data da decisão que a anulou serão automaticamente anotados no SIC.

## **Seção V**

### **Da ART de Obra ou Serviço**

Art. 28. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.

§ 1º No caso de obras públicas, a ART pode ser registrada em até dez dias após a liberação da ordem de serviço ou após a assinatura do contrato ou de documento equivalente, desde que não esteja caracterizado o início da atividade.

§ 2º. Revogado pela Resolução 1.050, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 29. A coautoria ou a corresponsabilidade por atividade técnica, bem como o trabalho em equipe para execução de obra ou prestação de serviço obriga ao registro de ART, vinculada à ART primeiramente registrada.

Art. 30. A subcontratação ou a subempreitada de parte ou da totalidade da obra ou do serviço obriga ao registro de ART, da seguinte forma:

I – o profissional da pessoa jurídica inicialmente contratada deve registrar ART de gestão, direção, supervisão ou coordenação do serviço subcontratado, conforme o caso; e

II – o profissional da pessoa jurídica subcontratada deve registrar ART de obra ou serviço relativa à atividade que lhe foi subcontratada, vinculada à ART de gestão, supervisão, direção ou coordenação do contratante.

Parágrafo único. No caso em que a ART tenha sido registrada indicando atividades que posteriormente foram subcontratadas, compete ao profissional substituí-la para adequação ao disposto no inciso I deste artigo.

Art. 31. A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pela execução da obra ou prestação do serviço obriga ao registro de nova ART, vinculada à ART anteriormente registrada.

Art. 32. Compete ao profissional cadastrar a ART de obra ou serviço no sistema eletrônico e efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea em cuja circunscrição for exercida a atividade, nos seguintes casos:

I – quando o profissional for contratado como autônomo diretamente por pessoa física ou jurídica; ou

II – quando o profissional for o proprietário do empreendimento ou empresário.

Art. 33. Compete ao profissional cadastrar a ART de obra ou serviço no sistema eletrônico e à pessoa jurídica contratada efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea em cuja circunscrição for exercida a atividade, quando o responsável técnico desenvolver atividades técnicas em nome da pessoa jurídica com a qual mantenha vínculo.

## **Seção VI**

### **Da ART de Obra ou Serviço de Rotina**

Art. 34. Caso não deseje registrar diversas ARTs específicas, é facultado ao profissional que execute obras ou preste serviços de rotina anotar a responsabilidade técnica pelas atividades desenvolvidas por meio da ART múltipla.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica ao serviço de rotina executado por profissional integrante do quadro técnico de pessoa jurídica.



Art. 35. Para efeito desta resolução, a atividade técnica relacionada à obra ou ao serviço de rotina pode ser caracterizada como aquela que é executada em grande quantidade ou de forma repetitiva e continuada.

Parágrafo único. Poderá ser objeto de ART múltipla contrato cuja prestação do serviço seja caracterizada como periódica.

Art. 36. As atividades técnicas relacionadas a obra ou serviço de rotina que poderão ser registradas via ART múltipla serão objeto de relação unificada.

§ 1º A câmara especializada manifestar-se-á sempre que surgirem outras atividades que possam ser registradas por meio de ART múltipla.

§ 2º Aprovada pela câmara especializada, a proposta será levada ao Plenário para apreciação.

§ 3º Após aprovação pelo Plenário do Crea, a proposta será encaminhada ao Confea para apreciação e atualização da relação correspondente.

Art. 37. A ART múltipla deve relacionar as atividades referentes às obras e aos serviços de rotina contratados ou desenvolvidos no mês calendário.

Art. 38. A ART múltipla deve ser registrada até o décimo dia útil do mês subsequente à execução da obra ou prestação do serviço de rotina, no Crea em cuja circunscrição for exercida a atividade.

Art. 39. É vedado o registro de atividade que tenha sido concluída em data anterior ou iniciada posteriormente ao período do mês de referência a que corresponde a ART múltipla.

Art. 40. Compete ao profissional cadastrar a ART múltipla no sistema eletrônico e efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea em cuja circunscrição for exercida a atividade, nos seguintes casos:

I – quando o profissional for contratado como autônomo diretamente por pessoa física ou jurídica; ou

II – quando o profissional for o proprietário do empreendimento ou empresário.

Art. 41. Compete ao profissional cadastrar a ART múltipla no sistema eletrônico e à pessoa jurídica efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea da circunscrição onde for exercida a atividade, quando o responsável técnico desenvolver atividades em nome da pessoa jurídica com a qual mantenha vínculo.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica ao registro da ART múltipla de execução de obra ou prestação de serviço de rotina desenvolvido por profissional integrante do quadro técnico de pessoa jurídica de direito público.

## **Seção VII**

### **Da ART de Obra ou Serviço que Abrange Circunscrições de Diversos Creas**

Art. 42. A ART relativa à execução de obras ou à prestação de serviços que abrangem circunscrições de diversos Creas deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes, da seguinte forma:

I – a ART referente à execução de obras ou à prestação serviços que abrangem mais de uma unidade da federação pode ser registrada em qualquer dos Creas onde for realizada a atividade;

II – a ART referente à prestação de serviço cujo objeto encontra-se em outra unidade da federação pode ser registrada no Crea desta circunscrição ou no Crea onde for realizada a atividade profissional; ou

III – a ART referente à prestação de serviços executados remotamente a partir de um centro de operações deve ser registrada no Crea em cuja circunscrição se localizar o centro de operações. (NR)

### **Seção VIII**

#### **Da ART de Cargo ou Função**

Art. 43. O vínculo para desempenho de cargo ou função técnica, tanto com pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, obriga à anotação de responsabilidade técnica no Crea em cuja circunscrição for exercida a atividade.

§ 1º A ART relativa ao desempenho de cargo ou função deve ser registrada após assinatura do contrato ou publicação do ato administrativo de nomeação ou designação, de acordo com as informações constantes do documento comprobatório de vínculo do profissional com a pessoa jurídica.

§ 2º Somente a alteração do cargo, da função ou da circunscrição onde for exercida a atividade obriga ao registro de nova ART.

§ 3º É vedado o registro da ART de cargo ou função extinta, cujo vínculo contratual tenha sido iniciado após a data de entrada em vigor desta resolução.

Art. 44. O registro da ART de cargo ou função de profissional integrante do quadro técnico da pessoa jurídica não exime o registro de ART de execução de obra ou prestação de serviço – específica ou múltipla.

Art. 45. O registro da ART de cargo ou função somente será efetivado após a apresentação no Crea da comprovação do vínculo contratual.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, o vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, ata de assembléia ou ato administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional.

Art. 46. Compete ao profissional cadastrar a ART de cargo ou função no sistema eletrônico e à pessoa jurídica efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea da circunscrição onde for exercida a atividade.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL**

Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.

Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:

I – tenham sido baixadas; ou

II – não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nela consignadas.

Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Parágrafo único. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

## **Seção I**

### **Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico**

Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

Art. 50. A CAT deve ser requerida ao Crea pelo profissional por meio de formulário próprio, conforme o Anexo III, com indicação do período ou especificação do número das ARTs que constarão da certidão.

Parágrafo único. No caso de o profissional especificar ART de obra ou serviço em andamento, o requerimento deve ser instruído com atestado que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, caracterizando, explicitamente, o período e as atividades ou as etapas finalizadas.

Art. 51. O Crea manifestar-se-á sobre a emissão da CAT após efetuar a análise do requerimento e a verificação das informações apresentadas.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos ou efetuar diligências para averiguar as informações apresentadas.

§ 3º A análise do requerimento para emissão de CAT aos responsáveis técnicos por obras ou serviços executados por Sociedade em Conta de Participação, deverá ser realizada pela Câmara Especializada relacionada à atividade desenvolvida, que observará a efetiva participação na execução da obra ou prestação do serviço. (NR)

§ 4º A emissão de CAT aos responsáveis técnicos pela execução e fiscalização de obras deverá ser condicionada à apresentação do respectivo Livro de Ordem ao Crea. (NR)

Art. 52. A CAT, emitida em nome do profissional conforme o Anexo II, deve conter as seguintes informações:

- I – identificação do responsável técnico;
- II – dados das ARTs;
- III – observações ou ressalvas, quando for o caso;
- IV – local e data de expedição; e
- V – autenticação digital.

Parágrafo único. A CAT poderá ser emitida pela Internet desde que atendidas as exigências de análise de documentação relativa ao caso específico.

Art. 53. A CAT é válida em todo o território nacional.

§ 1º A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação da ART. (NR)

§ 2º A validade da CAT deve ser conferida no site do Crea ou do Confea.

Art. 54. Revogado pela Resolução 1.092, de 19 de setembro de 2017



Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

Art. 56. A CAT deve conter número de controle para consulta acerca da autenticidade e da validade do documento.

Parágrafo único. Após a emissão da CAT, os dados para sua validação serão automaticamente transmitidos ao SIC.

## **Seção II**

### **Do Registro de Atestado**

Art. 57. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

Art. 58. As informações acerca da execução da obra ou prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado devem ser declarados por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Parágrafo único. No caso em que a contratante não possua em seu quadro técnico profissional habilitado, o atestado deverá ser objeto de laudo técnico.

Art. 59. O registro de atestado deve ser requerido ao Crea pelo profissional por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruído com original e cópia, ou com cópia autenticada, do documento fornecido pelo contratante. (NR)

§ 1º Para efeito desta resolução, somente será objeto de registro pelo Crea o atestado emitido sem rasuras ou adulteração, e que apresentar os dados mínimos indicados no Anexo IV.

§ 2º O requerimento deverá conter declaração do profissional corroborando a veracidade das informações relativas à descrição das atividades constantes das ARTs especificadas e à existência de subcontratos ou subempreitadas.

§ 3º Será mantida no Crea uma cópia do atestado apresentado. (NR)

Art. 60. O atestado que referenciar serviços que foram parcialmente concluídos deve explicitar o período e as etapas executadas.

Art. 61. O atestado que referenciar serviços subcontratados ou subempreitados deve estar acompanhado de documentos hábeis que comprovem a anuência do contratante original ou que comprovem a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras ou documento equivalente.

Art. 61-A. O atestado que referenciar serviços de supervisão, coordenação, direção ou condução de equipe técnica deverá relacionar os demais profissionais da equipe e suas respectivas ARTs. (NR)

Art. 62. No caso de obra própria, o atestado deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço expedido pela prefeitura, por agência reguladora ou por órgão ambiental, entre outros.

Art. 63. O Crea manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos ou efetuar diligências para averiguar as informações apresentadas.

§ 3º Em caso de dúvida, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

§ 4º Em caso de dúvida quando a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.

Art. 64. O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, que especificará somente as ARTs a ele correspondentes.

§ 1º A veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado são de responsabilidade do seu emitente.

§ 2º A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

§ 3º A CAT apresentará informações ou ressalvas pertinentes em função da verificação do registro do profissional e da pessoa jurídica à época da execução da obra ou da prestação do serviço, bem como dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.

§ 4º O atestado registrado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

### **Seção III**

#### **Da Inclusão ao Acervo Técnico de Atividade Desenvolvida no Exterior**

Art. 65. É facultado ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Parágrafo único. Revogado pela Resolução 1.092, de 19 de setembro de 2017.

Art. 66. A inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior deve ser requerida ao Crea por meio de formulário, conforme o Anexo III, e instruída com cópia dos seguintes documentos:

I – formulário da ART, assinado pelo responsável técnico e pelo contratante, indicando o nível de participação e as atividades desenvolvidas pelo profissional; e

II – documento hábil que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, indicando explicitamente o período, o nível de atuação e as atividades desenvolvidas, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras, livro de ordem, atestado emitido pelo contratante ou documento equivalente.

§ 1º O Crea dispensará a assinatura do contratante na ART caso seja apresentada cópia do contrato ou de documento equivalente que comprove a relação jurídica entre as partes.

§ 2º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela autoridade consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.

Art. 67. O requerimento de inclusão ao acervo técnico será analisado para verificação da documentação apresentada, das atribuições do profissional e da atividade descrita, em função da legislação brasileira em vigor à época de sua execução.

Parágrafo único. Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos para averiguar as informações apresentadas.

Art. 68. A câmara especializada competente decidirá sobre o requerimento de registro da ART após a verificação das informações apresentadas.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Após o deferimento, o profissional será comunicado para efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro da ART.

§ 3º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. É facultado ao profissional requerer por meio de formulário, conforme o Anexo III, certidão que relaciona as ARTs registradas no Crea em função do período ou da situação em que se encontram.

Art. 70. As cópias dos documentos exigidos nesta resolução devem ser autenticadas em cartório ou objeto de conferência atestada por servidor do Crea, desde que apresentados os respectivos originais.

Art. 71. Compete ao Crea, sempre que necessário, averiguar as informações apresentadas e adotar as providências necessárias ao caso.

Art. 72. Os critérios e os procedimentos para regularização de obra ou serviço concluído sem a anotação de responsabilidade técnica serão objeto de resolução específica.

Art. 73. Os valores de registro e de serviços disciplinados nesta resolução serão objeto de legislação específica.

Art. 74. Revogado pela Resolução 1.092, de 19 de setembro de 2017.

§ 1º Para fins de atualização dos Anexos I, II, III e IV, o Crea deve encaminhar ao Confea proposta justificada até 30 de maio de cada ano.

§ 2º O disposto neste artigo também se aplica ao manual de procedimentos para preenchimento da ART, emissão de CAT e registro de atestado.



Art. 75. As tabelas auxiliares relacionadas no manual de procedimentos serão atualizadas rotineiramente a partir de proposta justificada encaminhada pelos Creas, após deliberação da comissão permanente que tem como atribuição a organização do Sistema.

Parágrafo único. As propostas para atualização das tabelas auxiliares serão analisadas em caráter prioritário pela unidade organizacional do Confea responsável pela elaboração de normas e procedimentos.

Art. 75-A. Após a implantação da infraestrutura tecnológica do SIC, o Crea que deixar de atualizar as informações neste banco de dados será considerado inadimplente até a regularização da pendência. (NR)

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 76. O Crea terá até a data de início da vigência desta resolução para promover a adaptação de suas rotinas administrativas aos novos procedimentos previstos para a anotação de responsabilidade técnica e a composição do acervo técnico, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Confea.

Parágrafo único. Para atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, o Crea deverá adotar as seguintes providências:

I – instituir plano de comunicação para divulgar aos profissionais os procedimentos que serão alterados ou implantados a partir da vigência desta resolução;

II – reformular os atos administrativos que contrariem as novas disposições; e

III – aprovar outros atos administrativos que se façam necessários para o cumprimento desta resolução.

Art. 77. O Crea terá o prazo de doze meses após a entrada em vigor desta resolução para implantar a infraestrutura tecnológica necessária e adaptar seu sistema corporativo aos novos procedimentos eletrônicos previstos para a anotação de responsabilidade técnica e a composição do acervo técnico, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Confea, quais sejam:

I – registro, baixa, cancelamento e anulação de ART;

II – emissão de certidão de acervo técnico;

III – registro de atestado;

IV – inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior;

V – consulta às ARTs registradas e às CATs emitidas; e

VI – anotação no SIC das informações referenciadas nesta resolução.

§ 1º Até que a implantação da infraestrutura tecnológica e a adaptação do sistema corporativo do Crea se efetivem, os novos procedimentos previstos para o registro e a baixa da ART poderão ser disponibilizados ao profissional por meio de formulário impresso nos moldes dos anexos desta resolução.

§ 2º Até que a integração ao SIC se efetive, o sistema corporativo do Crea deverá disponibilizar aos interessados serviço de consulta aos documentos eletronicamente registrados e emitidos.

§ 3º Até que a implantação da infraestrutura tecnológica e a adaptação do sistema corporativo do Crea se efetivem, a CAT poderá ser emitida manualmente e assinada pelo presidente ou por empregado do Crea, desde que conste da certidão referência expressa a esta delegação.

Art. 78. O registro de ART manualmente preenchida somente será efetivado com a apresentação ao Crea da via assinada e do comprovante do pagamento do valor correspondente.

Parágrafo único. Será vedado ao Crea registrar ART manualmente preenchida a partir de 1º de janeiro de 2011, ressalvados casos específicos devidamente justificados e autorizados pelo Plenário do Confea.

Art. 79. Revogado pela Resolução 1.050, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 80. Os novos procedimentos previstos para a anotação de responsabilidade técnica serão obrigatórios somente para as ARTs registradas de acordo com os formulários constantes do Anexo I.

Parágrafo único. Os novos procedimentos para análise de acervo técnico serão obrigatórios para todas as ARTs, independentemente da data de registro, ressalvadas aquelas indicadas em requerimento protocolizado no Crea até a data de entrada em vigor desta resolução.

Art. 81. Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Art. 82. Revoga-se o art. 7º da Resolução nº 444, de 14 de abril de 2000, e na íntegra as Resoluções nºs 317, de 31 de outubro de 1986, 394, de 17 de março de 1995, 425, de 18 de dezembro de 1998, e 1.023, de 30 de maio de 2008, as Decisões Normativas nºs 15, de 2 de janeiro de 1985, 58, de 9 de agosto de 1996, e 64, de 30 de abril de 1999, e demais disposições em contrário. (NR).

Brasília, 12 de novembro de 2009.

Eng. Civ. Marcos Túlio de Melo  
Presidente

---

Publicada no D.O.U, de 31 de dezembro de 2009 – Seção 1, pág. 119 a 121

§2º do art. 28 - Revogado pela Resolução 1.050, de 13 de dezembro de 2013

Art. 79 - Revogado pela Resolução 1.050, de 13 de dezembro de 2013

**Resolução 1.092, de 19 de setembro de 2017**

- Alterado o inciso III do art. 42, o § 1º do art. 53, o art. 59 e seu § 3º e o art. 82

- Acrescentado os §§ 3º e 4º no art. 51, o art. 61-A e o art. 75-A

- Revogado o art. 54, o parágrafo único do art. 65 e o art. 74

- Atualizado os modelos de ART e de CAT, o Requerimento de ART e Acervo Técnico e os dados mínimos para registro do atestado.